

**Resenha do livro:**

**NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais - PR. Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2008.**

**Lucia Mara de Lima Padilha**

**Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.**

O presente trabalho trata-se da publicação da tese de doutorado, defendida em 2004, na Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, no Departamento de História e Filosofia, e teve como propósito, contribuir para a produção do conhecimento na área da História da Educação Brasileira, por meio de um recorte regional que busca apreender o movimento de constituição e instituição da Escola Normal nos Campos Gerais do Paraná, no início do período republicano, delimitando-se ao período compreendido entre a criação da Província do Paraná em 1853 e a abertura da Escola Normal de Ponta Grossa, em 1924.

O livro está dividido em três capítulos, o primeiro capítulo, “A Formação dos Campos Gerais”, está dividido em seis subitens. No primeiro a autora aborda “A colonização dos Campos Gerais”, que teve início em meados do século XVII, numa nova tentativa de habitar os sertões dos Campos de Tibagi e dos Campos de Guarapuava. A penetração pelo território já havia ocorrido por meio da caça e do massacre dos índios com a autorização da coroa portuguesa, e, em nome desta mesma autoridade, eram recrutados ou convidadas pessoas que quisesse fazer parte da expedição em favor de seus interesses. Os primeiros habitantes das terras eram mortos, expulsos ou domesticados para prestarem serviços à coroa portuguesa, e as terras doadas pelo capitão geral das capitânicas às pessoas de posses, aos nobres ou às famílias ricas que tinham um número considerável de escravos. O ajuste das populações indígenas aos interesses do capital começou a delinear-se a partir da abertura do caminho chamado Viamão e que unia a cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul, aos Campos Gerais. Ao longo deste caminho, foram formados pequenos lugarejos que, mais tarde, deram origem às cidades de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeiras, Lago, Rio Negro e Lapa. A abertura desses caminhos foi realizada por via terrestre, por meio de mulas e carroças, que fizeram os primeiros sinais de ligação de Curitiba à colônia do Sacramento e à pecuária do Brasil meridional. Os tropeiros saíam de Curitiba para os Campos Gerais no período de chuvas na região, cujos pastos eram abundantes para a engorda do gado. No início do século XVIII, os tropeiros abriram os Caminhos das Tropas, fazendo uma correção no trajeto da antiga estrada. Com o novo trajeto, a estrada passava por Campo do Tenente, Lapa, Tamanduá, Palmeira, do Rio Grande à Feira de Sorocaba, também passando por Viamão, Rio Negro, Castro e Itararé. A região dos Campos Gerais, por estar no caminho das tropas, foi se organizando economicamente pela atividade pastoril, servindo também de passagem e internagem do gado que ia ser vendido na feira de Sorocaba. O traçado do Caminho da Graciosa, ligando o primeiro planalto e a bacia de Paranaguá, foi criado pela contínua e progressiva atividade dos mineradores que subiam acompanhando o leito dos rios. O melhoramento desse caminho foi realizado pela população das vilas Antonina e Morretes, que foi forçada a contribuir com dinheiro e trabalho na execução da obra. Assim, a comunicação entre Curitiba e o litoral melhorou, possibilitando a travessia de muares. No segundo subitem, a autora coloca em destaque “A Imigração e a substituição da mão-de-obra escrava”, sendo que nos Campos Gerais, incluindo-se Castro, Lapa, Jaguariaíva, Ponta Grossa e Tibagi, constata-se o aumento da presença de escravos, em virtude do crescimento das atividades pastoris, como a pecuária, o tropeirismo e a internagem. Embora a criação de gado exigisse

a mão-de-obra escrava, estes estavam presos nas mãos de proprietários com mais recursos, já que ter escravos era sinônimo de riqueza. O número de escravos, no Paraná, não era muito representativo, se o compararmos com outras regiões do país, como a Bahia, o Rio de Janeiro e S. Paulo. Apesar de não ser em grande número, foi neste momento histórico único que o preço do homem escravo negro subiu, como uma mercadoria, produto que pertence a outro homem, numa relação de subordinação e dominação do próprio homem. Com a proibição do tráfico de escravos para o Brasil, ocorreu a escassez da mão-de-obra escrava negra, desse modo o governo imperial passou a ser pressionado para patrocinar a imigração como alternativa para suprir a falta de mão de obra. Outros motivos pesaram a favor da imigração, como forma de garantir a ocupação do espaço geográfico, especialmente na região sul do país e principalmente como opção de branqueamento do país pela preferência por europeus. Os imigrantes vinham para o Brasil com a promessa de ocupar um território próprio, onde poderiam se desenvolver com autonomia nas suas colônias, com liberdade de ministrar ensino para os seus filhos na sua língua pátria, sendo isentos de impostos e outros malefícios, desde que habitassem no local e produzissem para abastecer o mercado interno. Os imigrantes eram subvencionados, ou seja, recebiam as terras e nela deveriam plantar desenvolvê-la, e o lucro líquido no final da colheita era dividido com o proprietário. Os colonos ficavam em desvantagem em razão dos encargos assumidos pela vinda ao país. O terceiro subitem aborda o assunto: “*A caminho Escola Normal nos Campos Gerais*”, visto que os processos que constroem a identidade histórica dos Campos Gerais irão completar-se pela instrução e a criação de escolas. A independência política do Brasil, em 1822, tornou o governo central responsável pela promoção do homem brasileiro, que deveria ser realizada, em especial, por meio da educação, segundo os ideais das lideranças políticas da Independência. A educação popular era defendida como sinônimo de liberdade e riqueza, pois se considerava que a ausência de instrução era a causa de pobreza e do despotismo. Para atender a demanda de docentes, saíram os decretos para criação das primeiras escolas normais no Brasil com o objetivo preparar professores para oferecer a instrução de primeiras letras. A burguesia dominante, que necessitava fortalecer-se politicamente, utiliza-se como escudo, em seus discursos, da necessidade de instrução para as classes “inferiores” livres. As escolas normais passaram a ser vistas, na metade do século XIX, como necessárias nas capitais das Províncias. Pode-se assim dizer que foram criadas, então, as condições e as atribuições dadas às escolas normais para o aperfeiçoamento do magistério. O professor teria de estar “em sintonia” para executar uma “nova missão,” de acordo com as prioridades do controle ideológico do Império, no qual a classe dominante do Estado organizava-se em monopólio para o domínio e a exploração da terra, utilizando-se da mão-de-obra escrava negra. Os professores que lecionavam na Escola Normal eram nomeados pelo governo. Era também de responsabilidade do mesmo governo inspecionar essa escola e fornecer ao professor o local para trabalhar, bem como todo o material didático-pedagógico, como livros, modelos e demais objetos que fossem necessários para o exercício e controle de suas funções. “*Escola Normal: planta exótica que nasce e morre no mesmo dia*”, é o tema abordado no quarto subitem, nele a autora destaca a gratuidade da escola de primeiras letras a toda província do Paraná, e a abertura para grupos ou associações criarem escolas privadas, que seriam supervisionadas pelo inspetor da instrução pública. O Presidente da Província reconhecia a necessidade de estabelecimento próprio para preparação dos professores à carreira do magistério, não só na província, como também no país. Em 1871, a província tinha na presidência Venâncio José de Oliveira Lisboa, embora a instrução pública fosse uma das maiores preocupações deste presidente, nesta gestão, ele era contrário à obrigatoriedade, por considerar que, nesta província, o ensino era retrógrado. Apoiado na

Lei 290, de 15 de abril de 1871, com a proibição do provimento definitivo das cadeiras primárias de professores não normalistas, o presidente via suas convicções asseguradas pela Lei, não criando as condições para a inauguração de uma Escola Normal no Paraná, como as outras províncias, nas quais havia uma valorização de criação e ampliação das Escolas Normais, dando um estatuto valorativo às escolas de formação de professores. No quinto subitem, a autora enfatiza o tema: “*Os alunos – mestre na província do Paraná*”, que de acordo com a Lei 290, de 15 de abril de 1871, tinham apenas a função de repetidores ou monitores dos professores nas escolas de 1º ordem, para as quais eram designados apenas os que pudessem provar certa “preparação” suficiente para repetir o que aprendeu na sala de aula do professor. Os alunos-mestres, durante o desenvolvimento de suas funções, passavam por três avaliações e, no caso de serem reprovados, perdiam esse título, sendo-lhes cassado o direito de trabalhar no magistério em toda a província. Já aqueles que correspondiam eram aprovados para o exercício das funções, e após três anos de comprovada atividade, era conferido o título de professor adjunto, medida essa que barateava, para a província, o custo da formação de um professor. Para os professores “donos” das cadeiras, os critérios para seleção e aprovação nas funções continuavam a cargo do Presidente da Província, exigindo-se ser o candidato maior de 18 anos, ter atestado de conduta moral e a capacidade profissional de professar a religião católica, o que deveria ser atestado pelo pároco. Para as senhoras casadas que quisessem candidatar-se ao cargo de professora primária na Província, além do que a lei estabelecia, deveriam apresentar também os documentos comprobatórios do seu estado civil, e as candidatas a lecionar no primário, também passariam por um teste de habilitação em agulhas e demais habilidades manuais consideradas necessárias para a formação da mulher. A segunda metade do século XIX foi marcada por poucos investimentos na educação pública, pela falta de iniciativas das províncias com a finalidade de suprir a falta de escolas de preparação de professores e com diretrizes educacionais para atender às necessidades do período. No sexto, e último subitem desse capítulo, a autora destaca “*As primeiras casas-escolas nos Campos Gerais*”, cujas dificuldades eram as mais variadas possíveis, desde a mobília à aquisição dos livros e materiais básicos para estudos. Quando os pais tinham meios para comprá-los nas cidades mais próximas, era comum o risco de não encontrar o material. Quando a escola era muito afastada das povoações, tornava-se difícil obter material para o estudo. Com a falta quase total destes instrumentos, ficava da responsabilidade do professor adquiri-los e mantê-los. Por volta de 1873, o ensino particular primário, que então começava na província, era livre e oferecido em 18 escolas, das quais 11 eram do sexo masculino, 2 do sexo feminino e 5 mistas, totalizando a frequência de 436 alunos em todo Paraná. Com a criação do liceu público na capital da Província do Paraná, surgiram as escolas com residência para os alunos, dada a distância do domicílio dos mesmos. Presidente da Província, mediante exames ou concurso perante uma comissão formada por dois membros. Aplicavam-se aos professores dos liceus as seguintes condições: ser cidadão brasileiro, ter idade de 21 anos, promover a moralidade e capacidade profissional. Esses professores estavam sujeitos às mesmas obrigações e penalidades estabelecidas para os professores de instrução primária no que diz respeito a licenças e a jubilações.

O segundo capítulo: “*Os Campos Gerais e a República*”, divide-se em cinco subitens, sendo assunto do primeiro: “*Os Campos Gerais e os ideais republicanos*”. Nesse subitem a autora enfatiza o novo regime político que se iniciava com os ideais liberais do século XVIII e XIX. A economia ainda estava baseada na produção agrária e na exportação de bens primários, especialmente o café, e dependia da mão de obra dos escravos, caboclos e dos imigrantes. O Estado capitalista no Brasil continuava

representando os interesses de uma pequena classe dominante em detrimento dos interesses da maioria da população, não cumprindo o seu papel de administrar os conflitos entre seus cidadãos. Diante desta situação, torna-se evidente que a organização da instituição escolar estatal foi realizada com base nos interesses da classe burguesa, que não considerava as necessidades das classes populares. A criação das instituições escolares, entretanto, não era a principal preocupação para a República que se formava, liderada por oligarquias regionais que mantinham os hábitos anteriores de arranjos de cargos, por meio de troca de favores. A presença significativa de imigrantes no país propiciou a realização de vários negócios com países externos. A facilidade de crédito na Europa permitiu, também, a formação de inúmeras empresas no Brasil, num momento que havia um aumento de demanda por bens de consumo. A região dos Campos Gerais – PR foi marcada fortemente pelos grupos de imigrantes das várias etnias, cada qual marcada pela cultura própria dos países de origem, fortalecida pelos costumes dos imigrantes que se casavam no próprio grupo étnico e raramente com brasileiros. Esses imigrantes estabeleceram-se em várias cidades do Paraná, como: Lapa, Morretes, Paranaguá, Antonina, Campo Largo, São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Palmeira. No período de 1870 a 1914, não só na Europa, mas também no país, aconteceu a expansão das escolas primárias, aumentando consideravelmente o número de professores e professoras. As Escolas Normais existentes no país tinham o papel de formar os mestres para as escolas de ensino primário; foram criadas como necessárias para o desenvolvimento de um bom cidadão que correspondesse aos interesses da burguesia industrial. A educação popular era associada ao civismo como espaço de difusão de uma “nova” moral positiva e evolucionista, dessa forma, era possível constatar nos relatórios do inspetor geral da educação do Paraná, César Prieto Martinez, um claro direcionamento evocando o lema da bandeira como eixo de força política. “*Os professores dos imigrantes: situação nos Campos Gerais*” é o tema do segundo subitem, nele a autora destaca que com a chegada da segunda grande leva de imigrantes na região dos Campos Gerais, o quadro regional, que era baseado nas atividades dos tropeiros e na forte característica conservadora foi desaparecendo lentamente com a chegada de burgueses instruídos. O impacto da chegada dos imigrantes, ao longo da segunda metade do século XIX, foi logo percebido na industrialização de Ponta Grossa e, também, em Curitiba, Palmeira, Lapa e em toda a região dos Campos Gerais. Os imigrantes nos Campos Gerais, de diversas etnias, foram se organizando e fundando pequenas indústrias, de acordo com os conhecimentos que traziam. Iniciava-se a construção de jardins, pontes e a colocação de iluminação nas ruas das cidades, vilas e colônias. Como a cidade de Ponta Grossa era promissora no cultivo de erva-mate, essa atividade propiciou aos russos e alemães fundarem olarias para a fabricação de telhas e tijolos, aproveitando a sobra de erva-mate que se transformava em lenha. Com isso, a cidade passou a ter outra característica, pois as casas de madeiras começavam a ser substituídas por casas de tijolos. No final da primeira guerra mundial, outros grupos de imigrantes vieram para o Brasil, formando novas colônias que, mais tarde, já na República, deram origem às cidades de Mallet, São Mateus, Dorizon e Araucária e Prudentópolis (depois dividida nos núcleos de Ivaí e Piraí do Sul), com a predominância dos imigrantes poloneses, ucranianos, rutenos e outros eslavos. Posteriormente, vieram espontaneamente os imigrantes árabes e sírio-libaneses, que em grande número foram trabalhar com o comércio ambulante, como mascate, percorrendo as fazendas e colônias oferecendo tecidos, remédios, livros, sementes e utensílios domésticos. De etnia germânica, os russo-alemães do Volga foram os que mais influenciaram na formação dos Campos Gerais e na sociedade do Paraná. Os russo-alemães organizaram as colônias de Lapa, Palmeira e Ponta Grossa, mas economicamente tiveram presença decisiva como pioneiros no transporte em carroças. Várias escolas foram

fundadas para atender às colônias, quer nos moldes da instrução brasileira ou na etnia da colônia. Como as colônias possuíam professores formados no seu país de origem, o governo autorizava que os mesmos dessem aulas em suas casas, mais tarde, algumas dessas colônias foram autorizadas pelo governo a edificarem escolas. No início do período republicano existiam poucas escolas públicas primárias em Ponta Grossa, e essas funcionavam de maneira precária, embora fosse constante a reivindicação, por parte das autoridades do ensino, por melhorias. Esta situação está registrada nos relatórios dos inspetores gerais que tratam das chamadas cadeiras de instrução primárias e que funcionavam em uma única sala sob a regência de um professor, administrando, na sua maioria, diversas séries ao mesmo tempo. No terceiro subitem desse capítulo, a autora aborda: “*Os Campos Gerais e a instrução na República*”, colocando em evidência os constantes conflitos e incertezas entre os grupos políticos das Províncias no final do século XIX. Se antes as elites dominantes do país, especialmente as localizadas na região sudeste, estavam acanhadas com poucas possibilidades de expansão, com a nova situação vislumbravam possibilidades de obter maior ascensão e poder para os grupos regionais na reorganização republicana, na conjunção de interesses, uma vez que não estariam mais sob os olhares da monarquia. Vários estados tinham o poder dividido entre algumas famílias dominantes, principalmente e grandes latifundiários, que visavam fortalecer seus negócios e ampliar seus patrimônios pela viabilização legal da participação efetiva na política, assumindo os principais cargos. Neste contexto nacional de embate econômico e político, a estrutura econômica, política e social de Ponta Grossa sofreram mudanças, principalmente, nos domínios rurais, que buscaram novas formas de sustentação econômica. Durante o período de autonomia administrativa da Província de São Paulo e mais tarde da Província do Paraná, percebe-se que esteve sempre presente a “preocupação” com a instrução da população e com a necessidade de preparar profissionais para atender à crescente procura pela instrução, em especial em razão do processo acelerado de urbanização. A idéia de nacionalização chegou a Ponta Grossa, como parte de um processo de legitimação da República, por meio de seu universo simbólico. Foi iniciada por parte do Estado a preocupação de “modernizar” o espaço urbano, isso ocorreu baseado nos princípios e moldes da modernidade na qual o trabalho, o civismo, a disciplina, a higienização e o nacionalismo foram eleitos pela sociedade paranaense como valores de sua tradição. No quarto subitem a autora analisa: “*As cadeiras públicas de instrução elementar*” durante o final do Império e nos primórdios da República, cujos países considerados desenvolvidos aceleraram o processo de expansão das antigas escolas primárias ou de primeiras letras, com o conseqüente crescimento do número de professores para atender a essas escolas, os países considerados periféricos procuraram acompanhar este movimento abrindo escolas para a preparação de professores. Em 1890, foi sancionado o Decreto de nº 31, de 29 de janeiro, que trazia codificada toda a legislação do ensino, essa lei fortalecia os ideais republicanos, na medida em que, por meio da formação dos professores da Escola Normal do ensino primário, acreditava-se que o analfabetismo seria dizimado e o país entraria num estágio civilizatório com o fito de acompanhar os desafios da República. Quanto à distribuição desses professores na ordem de acesso para o exercício de suas funções no magistério, deveriam eles passar dois anos de efetivo exercício na cadeira considerada inferior, que, no caso, se situaria nas escolas das vilas e freguesias. O Ato de 30 de março de 1891 institui o Regulamento para a Instrução Pública do Paraná, que passou a ser desenvolvida nas modalidades de: instrução primária, normal, secundária, superior e industrial permitindo que a instrução fosse com a mais completa liberdade de ensino para todos os graus de ensino, quer no ensino público ou particular, sendo que as instruções nas modalidades primárias, normais e secundárias passavam a ser gratuitas e de

responsabilidade do Estado. Os professores nomeados por concurso público, que foram diplomados pela Escola Normal do Paraná, eram distribuídos em classes de acordo com a classificação. As salas de aulas das escolas eram organizadas de forma que um aluno estivesse atrás do outro; as carteiras e mesas eram fixas para que o aluno mantivesse a ordem sobre o corpo na carteira, na qual o aluno deveria estudar nas posições rigorosamente controladas pelo professor, segundo o princípio de que, pelo corpo ereto com posições marcadas e unificado para todos os educandos, não só o intelecto, mas também as almas estariam salvas e, com eles, toda uma sociedade. A “ordem” produzida por esse tipo de disciplina era assegurada pelo estreitamento das leis e regulamentos criados para que as funções e obrigações dos professores fossem incorporadas e, conseqüentemente, obedecidas. No quinto e último subitem do segundo capítulo: “*O professor do ensino primário para todos: responsabilidade do Estado*”, a autora destaca a implantação de escolas a fim de formar professores para o ensino público primário. Com esse intento, não só a implantação das Escolas Normais, mas também o nível de preparação oferecido aos professores passaram a ser politicamente de interesse dos primeiros republicanos, pois naquele momento a criação de grupos escolares atendia aos interesses dos novos governantes. Neste período, a Escola Normal da capital do Paraná, embora não conseguisse atender a todo o Estado, oferecia a melhor preparação que no início da República se poderia dar, procurando acompanhar a educação oferecida nos colégios Caetano de Campos, em São Paulo, e Pedro II, no Rio de Janeiro, considerados modelos que deveriam ser seguidos.

O terceiro capítulo “*Escola normal de Ponta Grossa: Projeto nacional de educação da primeira república nos Campos Gerais*” está dividido em quatro subitens, o assunto que a autora aborda no primeiro é a criação da “*Escola Normal dos Campos Gerais- PR*”, que representou a concretização, na região, do projeto de educação nacional liberal, com as contradições próprias de uma sociedade que tinha a predominância de imigrantes, originários de diversas nacionalidades, além dos interesses de uma sociedade capitalista emergente. Os professores estrangeiros vinham preparados para dar continuidade às lideranças específicas de seus países de origem na sua maioria, esses professores eram profissionais cuja missão era preparar as crianças de seu grupo, passando-lhes noções de cultura geral, de liderança política e liderança religiosa. A escola era uma instituição social que se desenvolvia no interior dos próprios grupos, assim como os professores, os quais tinham de atender aos interesses específicos dos grupos étnicos. A instrução pública que se organizava na Primeira República, atendia ao interesse da sociedade capitalista, e, ao mesmo tempo, fazia parte do projeto nacional de educação republicano. Era a lógica do capital determinando a formação de seus agentes e marcando igualmente as condições concretas do período e espaço específico em que se concretizava. Na realidade, a organização do Estado e suas leis foram sancionadas sob as idéias burguesas. Todos queriam escolas, utilizando como referência de desenvolvimento os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Na cidade de Ponta Grossa, o primeiro Grupo Escolar foi inaugurado com a denominação de “Casa Escolar Senador Correia”. Mesmo com o advento da República, o número de analfabetos não diminuiu, uma vez que as condições escolares não alterariam esse quadro rapidamente. Por outro lado, a crescente entrada de imigrantes que chegavam já escolarizados favoreceu uma pequena estabilidade no número de pessoas analfabetas. Se, no Império, a escola trazia marcas diferenciadas que expressavam as classes sociais, essa realidade vai se manifestar mais fortemente na Primeira República com as contradições criadas pela sociedade capitalista. Naquele momento, as indústrias iniciavam o processo de produção, e com o abandono progressivo da produção artesanal era gerada uma demanda por homens

com conhecimentos mínimos de leitura e cálculos. No segundo subitem desse capítulo, a autora enfatiza “*O trabalho do professor na Primeira República*” e as idéias dominantes no regime republicano capitalista, bem como as instituições que as representavam, que se constituíram com base nos interesses econômicos da burguesia. Estes se tornando a base determinante da sociedade que, mesmo diante das contradições sociais, refletem-se na superestrutura por meio de regras e leis, legitimadas pelo Estado. A realização das idéias exigia uma sociedade dócil, obediente às leis, e a escola cumpria esta missão de domesticação da população, por meio de professores formados nas escolas normais, que eram majoritariamente freqüentadas pelos senhores e senhoras da alta sociedade. Numa sociedade, em que a maioria da população estava em condições de miserabilidade, sem acesso à educação, tendo os mestres pouca escolarização, a exploração do homem tornava-se complexa. O Governo do Estado, por meio da Lei nº. 1.734 de 11 de abril de 1917, cria na Capital do Estado, uma “Escola Profissional Feminina” para atender às meninas, pois com as mudanças nos rumos da sociedade, tornava-se necessário não só preparar a mulher para o magistério e as atividades domésticas, mas também para a indústria. No terceiro subitem a autora coloca em destaque a “*A criação dos Grupos Escolares*” nos Campos Gerais do Paraná, que estava relacionada com o projeto republicano de educação popular. No ideário liberal dos republicanos paranaenses a instrução tinha um lugar de destaque, sendo compreendida como um instrumento indispensável para a consolidação da República. O esforço de expandir o ensino elementar estava centrado na expansão quantitativa do número de escolas e na ampliação do número de matrículas. O atendimento ao ensino elementar das camadas populares era feito por meio da escola pública, através dos grupos escolares que se organizavam nos centros urbanos, e também pelas escolas urbanas, suburbanas ou rurais e também pelas escolas noturnas. Os grupos escolares representavam para os republicanos um avanço no ensino, à medida que traziam, para um prédio único, classes isoladas, com a direção de um professor habilitado pela Escola Normal. Neles, a organização das classes passava a ser feita segundo critérios de grau de adiantamento, com um professor para cada ano. A criação dos grupos escolares representou uma medida econômica, pois, reunia vários alunos de várias séries, com uma equipe de trabalho num mesmo espaço, constituindo uma organização administrativa e didático-pedagógica. Do agrupamento de 4 a 10 escolas isoladas podia ser formado um grupo escolar. Embora a educação para o povo fosse o alvo nos discursos dos republicanos e, mesmo com a abertura dos grupos escolares, somente uma pequena parcela da população era atendida, o que não representava a totalidade da demanda por educação. Com o quarto subitem do capítulo três a autora finaliza seu livro, destacando a “*Inauguração da Escola Normal Primária de Ponta Grossa*”, criada na região dos Campos Gerais, valendo-se de ações políticas em defesa de interesses de classe, bem demarcados. O acesso ao conhecimento fornecido pela escola, de forma coletiva, era ministrado, em especial, por professores leigos, nos grupos escolares. Com a inauguração da Escola Normal, os professores seriam preparados, possibilitando a ampliação de escolas na região e tentando resolver a contradição interna nos discursos dos republicanos para acabar com o analfabetismo. A Escola Normal Primária foi instalada no edifício da Rua do Rosário, construído pelo governo do Estado em um amplo prédio localizado na Praça Barão do Rio Branco, onde hoje funciona o Colégio Estadual Regente Feijó. A formação proposta pela escola complementar, comparada à formação oferecida pela Escola de Professores, era considerada precária, mas o seu funcionamento, era visto como interessante, por implicar em custos menores. Embora nos documentos oficiais o projeto da Escola Normal fosse considerado moderno, na prática mostrou-se limitado para corresponder às expectativas da sociedade dos Campos Gerais. A Escola de Professores

inicialmente inaugurada a fim de preparar os professores para as escolas públicas que estavam em expansão, na realidade atendeu às necessidades imediatas da escola privada e ao grupo escolar que, naquele momento, tinha predominantemente alunos oriundos das colônias, cujas escolas foram fechadas. Quanto às escolas isoladas, situadas nos lugares mais distantes de Ponta Grossa, estas permaneciam com professores leigos. Segundo a autora, ao reconstruir-se a história da educação, ainda que num enfoque regional, constata-se, no período pesquisado, que a escola pública expandiu-se realmente somente naqueles momentos em que houve pressão dos grupos interessados e forçou-se a concretização de parte das muitas propostas encaminhadas pelos governos.